



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 225/2015**  
**(Autoria do Deputado Elio Rusch)**

Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Evangélica Cristo Redentor, com sede no Município de Almirante Tamandaré e foro no Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

**Art. 1º** Concede Título de Utilidade Pública à Associação Evangélica Cristo Redentor, com sede no Município de Almirante Tamandaré e foro no Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1 de julho de 2015.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Relator   
  
MISSIONEIR



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 13 ABR. 2015

1º Secretário

## Projeto de Lei nº 259/2015

Publicação na íntegra dos editais de licitação, concorrência, tomada de preço, concurso e leilão da administração pública estadual.

Art. 1º O texto integral dos editais de licitação, concorrência, tomada de preço, concurso e leilão no âmbito do Estado do Paraná deverá ser publicado conforme segue:

I – no *site* oficial do Estado quando tratar de editais cujo objeto seja financiado ou garantido total ou parcialmente com recursos da administração pública;

II – no *site* oficial do Tribunal de Contas do Estado quando tratar de editais de Prefeituras Municipais, consórcios regionais e órgãos da administração municipal;

III – no *site* oficial da Prefeitura Municipal quando tratar de edital de órgãos da administração municipal e consórcios regionais.

Parágrafo único. Quando os editais de licitação, concorrência, tomada de preço, concurso e leilão forem veiculados pela imprensa escrita, falada ou televisionada deverão ser informados os locais e/ou *sites* onde poderá ser obtida sua íntegra.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2015.

FERNANDO SCANAVACA  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

O *caput* do art. 37 da Constituição Federal elenca os princípios que qualquer dos poderes constitutivos deve observar, entre eles o princípio da publicidade.

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece normas de licitação e contratos da administração pública e impõe a publicação, na imprensa oficial e em jornais de grande circulação, apenas do resumo dos editais.

Ocorre que a publicação na forma resumida dificulta a verificação de todos os termos dos editais e a detecção de possíveis irregularidades e/ou ilegalidades, além de tornar restrito o acesso.

A utilização de um veículo moderno de divulgação como a *internet* dará maior publicidade aos editais em sua íntegra, conferindo transparência às licitações e contratos da administração pública e facilitando o acesso pela população aos documentos públicos.

Desta forma, conta-se com apoio dos demais Pares para aprovação da matéria.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 259/2015**

**Projeto de Lei nº 259/2015**

**Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavaca**

**Súmula:** Publicação na íntegra dos editais de licitação, concorrência, tomada de preço, concurso e leilão da administração pública estadual.

**EMENTA:** PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO, EDITAIS DE CONCORRÊNCIA, DAS TOMADAS DE PREÇOS, DOS CONCURSOS E DOS LEILÕES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS NO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 22 E ART. 59. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13 E ART. 65. LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, tem por finalidade dispor sobre a publicação na íntegra dos editais de licitação, editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões das Administrações Públicas no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O projeto de lei em questão visa normatizar a publicação na íntegra dos editais de licitação, editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões das Administrações Públicas no Estado do Paraná.

Deste modo, em se tratando de normas referentes às licitações, entre outras contratações que podem ser realizadas pelo Poder Público, deve ser observado o que dispõe o art. 24, XXVII da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) grifos nossos

Ora, ao observar o referido artigo nota-se que é competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação! Contudo, para termos uma maior interpretação sobre o dito "normas gerais", consideremos o que o jurista Moreira Neto manifesta sobre o caráter do mesmo:

"As normas gerais devem ser regras nacionais, uniformemente aplicáveis a todos os entes públicos (...); devem ser uniformes para todas as situações homogêneas (...); e não podem entrar em pormenores ou detalhes nem, muito menos, esgotar o assunto legislado". (grifo nosso)

Corroborando neste sentido, o art. 24, §§ 1º e 2º da Carta Suprema diz na sua interpretação que a finalidade da União Federal em editar normas gerais é para estabelecer princípios e padrões básicos que, devendo ser obedecidos por todas as entidades da Federação, irão depois conferir unidade à diversidade de legislações sobre a licitação nos âmbitos estadual, distrital e municipal. Senão Vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal Legislar concorrentemente sobre:

(...)

§1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Consideremos o artigo supracitado, e seus específicos parágrafos, para interpretação legal do artigo 22 da Constituição Federal (anteriormente descrito dando competência privativa à União para legislar sobre normas gerais de licitações e contratos).

Na mesma linha de raciocínio a nossa Constituição Estadual também dita a competência concorrente entre União e o Estado sobre procedimentos processuais, no caso em tela sobre processo licitatório. Vejamos:

**Art. 13 – Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

(...)

**XI – procedimentos em matéria processual;**

(...)

**§ 1º - O Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União. (grifo nosso)**

Sendo assim, vislumbra-se a constitucionalidade da propositura do projeto de lei, tendo em vista a competência Estadual para tanto e a possibilidade de iniciativa pelo Poder Legislativo. Conforme previsto na Carta Suprema, em seu art. 59, que trata do Processo Legislativo:

**Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:**

**I – emendas à Constituição;**

**II – leis complementares;**

**III – leis ordinárias;**

**IV – leis delegadas;**

**V – medidas provisórias;**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

VI – decretos legislativos;

VII – resoluções.

*(grifo nosso)*

Ainda, é de considerável saber notório enfatizar a iniciativa do Poder Legislativo previsto na Constituição do Estado, no seu art. 65:

Art. 65 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. *(grifo nosso)*

Ademais, importante frisar o art. 21 da Lei Federal nº 8.666/1993, que trata da Lei de Licitações:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 259/15**

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Nobre Deputado Fernando Scanavaca, dispõe sobre a publicação na íntegra dos editais de licitação, com concorrência, tomada de preço, concurso e leilão da administração pública estadual.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, observamos que a matéria em questão recebeu o devido parecer favorável do Relator Deputado Alexandre Curi, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta visa, segundo a justificativa do autor, uma ampla divulgação, e transparência às licitações e contratos da administração pública possibilitando melhor acesso pela população aos documentos públicos.

A proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto a iniciativa, no art. 65 e 66 da Constituição Estadual.

De igual modo a Constituição Federal em seu art. 22, XXVII, trata de normas gerais de licitação. Também o art. 24 e §§ 1º e 2º do mesmo diploma legal, trata da competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal em legislar sobre o tema proposto.

Vale ressaltar que a matéria encontra-se em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Limitado ao exposto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura  
Comissão de Finanças

desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer  
**FAVORÁVEL.**

É o parecer.

Sala das Comissões, 02/06/15

  
DEPUTADO GILSON DE SOUZA  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO PAULO LITRO  
RELATOR

  
Dep. Elís

  
Dep. Tião

  
Dep. Tadeu



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

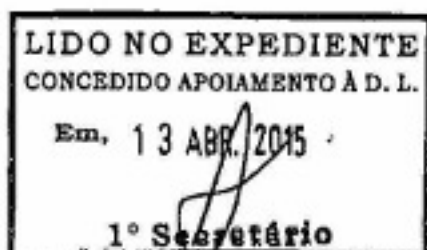
Gabinete do DEPUTADO REICHEMBACH



**PROJETO DE LEI nº 267/15**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:



Súmula: Institui os Centros de Zoonoses nos Municípios sede de Regionais de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA.

**Art. 1º** Ficam instituídos os Centros de Zoonoses nos Municípios sede de Regionais de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA.

**Art. 2º** A implantação dos Centros de Zoonoses ficará sujeita às diretrizes técnicas e da legislação nacional e estadual a reger o assunto, especialmente o contido na Lei nº 11.504 de 6 e agosto de 1996, que dispõe sobre a defesa sanitária animal no Estado do Paraná, e no Decreto nº 2.792 de 27 de dezembro de 1996, que regulamenta o assunto.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**WILMAR REICHEMBACH**  
Deputado Estadual

15/31 13/04/2015 08:16:56 DP REICHEMBACH LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**Gabinete do DEPUTADO REICHEMBACH**

**JUSTIFICATIVA:**

Encaminha-se o Projeto de Lei em questão, pelo qual se objetiva instituir Centros de Zoonoses nos Municípios sede de Regionais de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA, tendo como principal escopo o controle populacional de cães e gatos nas cidades, a proteção de animais domésticos que sofrem maus tratos, bem como o controle da disseminação de pragas e outras doenças que envolvem essas populações e também atingem humanos.

Percebe-se que, há muito tempo, a população de animais de pequeno, médio e grande porte, domésticos ou não, tem colocado em risco os cidadãos das cidades, seja pela disseminação de doenças associadas às espécies, seja pela ocorrência de acidentes, sobretudo de trânsito, pelo passeio de equinos em vias públicas e rodovias do entorno dos Municípios, bem como pelo ataque agressivo a pedestres (mordedura de cães).

Quanto às doenças passíveis de alastramento aos humanos, cita-se a sarna sarcópica, micoses e verminoses como as mais comuns, atingindo principalmente as crianças. Além das citadas, infecções bacterianas diversas, viroses como a raiva e hematozoários acometem humanos de qualquer idade. Os surtos epidêmicos zoonóticos mais recentes se referem à leishmaniose, protozoários que pode ser transmitido pelo cão e a esporotricose, doença causada por um fungo e transmitida pela arranhadura do gato, todas doenças sérias que merecem a devida atenção.

Sob outra ótica, também servirão os Centros de Zoonoses para o atendimento de animais domésticos abandonados e que sofreram maus tratos, podendo o controle de tais situações ser realizado via identificação, registro, esterilização cirúrgica, bem como por campanhas de adoção e palestras educacionais de conscientização pública, visando suprimir tais atos e educar a população sobre a relevância do bem estar animal.

Salienta-se que diversos representantes de Organizações Não-Governamentais e outras entidades associadas, de todo o Estado do Paraná, já pleitearam a construção de centros como os referidos, sendo atendidos parcialmente, já que atualmente existem poucos centros de zoonoses, localizados em algumas cidades do Estado, quantidade que não atende toda a demanda acerca do assunto.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**Gabinete do DEPUTADO REICHEMBACH**

A implantação dos Centros de Zoonoses possui como matéria de fundo, por isso, a proteção e defesa da saúde como um todo, exemplarmente citada no corpo da Constituição da República, em seu art. 24, inciso XII, que estabelece como concorrente a competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo responsabilidade de todos os entes prover a proteção e defesa da saúde de animais e das pessoas.

Outra questão que desponta como destaque no referido projeto de lei refere-se à associação da gestão dos centros referidos com a educação sobre o tema, fornecida por universidades, faculdades e entidades de ensino, superior e técnico, pela utilização de equipe formada nessas instituições de ensino, em cursos hoje presentes em praticamente todos os polos regionais do Estado. A presença desses profissionais, formados nas próprias sedes das Regionais de Saúde, certamente tornará mais fácil a manutenção dos centros, e ainda aloca profissionais da área em diversas funções associadas a sua formação.

Há de se concluir, portanto, que a implantação dos Centros de Zoonoses nos Municípios sede das Regionais de Saúde, no Estado do Paraná, onde ainda não existem, representa grande avanço na área da saúde animal e humana, sendo de suma relevância o desenvolvimento de projetos que contribuam para o aperfeiçoamento da matéria.

Portanto, pelas razões supra apresentadas, espera-se que os Nobres Deputados hajam por bem em acatar o presente Projeto de Lei e suas justificativas, aprovando-o na forma do regimento dessa Casa de Leis.

Curitiba, 08 de abril de 2015.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 267/2015

Projeto de Lei nº. 267/2015

Autor: Deputado Estadual Wilmar Reichembach

Súmula: Institui os Centros de Zoonoses nos Municípios sede de Regionais de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA.

EMENTA: CENTROS DE ZOONOSES NAS REGIONAIS DA SAÚDE. POSSIBILIDADE. ART.24, XII E ART. 165 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 13 E 170 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUIVO GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputado Estadual Wilmar Reichebach, tem por finalidade dispor sobre centros de Zoonoses em Regionais da Saúde no âmbito do Estado do Paraná. O presente projeto tem como objetivo dispor sobre ações de vigilância sanitária no controle de Zoonoses, controle das populações de animais e a promoção do bem-estar animal no Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 24, inciso XII, que compete a União, Estados e ao Distrito Federal legislar sobre defesa da saúde, senão vejamos:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifo nosso)**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio. (grifo nosso).**

A Constituição Estadual dispõe sobre o tema da seguinte forma:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

**XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.**

Cabe aos Estados adotar meio que possibilitem um atendimento mais adequado à saúde:

**Art. 170. O Estado e os Municípios dotarão os serviços de saúde de meios adequados**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**ao atendimento à saúde da família, da mulher, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso objetivando também, quando da instituição do plano plurianual, garantir as seguintes políticas sociais regulamentadas em Lei Complementar.**

Contudo, cabe ressaltar que o presente projeto trata-se não apenas de saúde da população, como também dos animais, ou seja meio ambiente. No que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.**

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; (grifo nosso).

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A possibilidade de oferecer emendas ao projeto, como já dito é previsto no Regimento Interno, em seu art. 137, §2º

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.** (grifo nosso).

**§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça




No que tange ao §5º do artigo acima mencionado, verifica-se que a referida Emenda - Substitutivo Geral apresentada encontra-se em consonância com ditames constitucionais, haja vista haver relação direta com o projeto inicial, não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

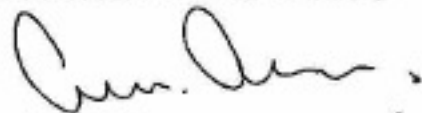
Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº. 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº. 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, bem como por estarem presentes todos os requisitos constitucionais e regimentais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente **Emenda Substitutiva Geral**.

Sala das Comissões, 06 de Maio de 2015.

  
Dep. Fernando Scanavacca  
Presidente PR Edson

  
Dep. Alexandre Auri  
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 267/2015**

De acordo com o que determina o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei no 267/2015, passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe sobre ações de vigilância sanitária no controle de zoonoses, no âmbito do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Dispõe sobre ações de vigilância sanitária no âmbito do controle de zoonoses, controle das populações de animais e da promoção do bem-estar animal no Estado do Paraná, tem por finalidade a proteção, a preservação e a promoção da saúde humana e animal, com fundamento nos princípios expressos nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

**Art. 2º** Constituem objetivos básicos desta Lei:

- I - promover a melhoria da qualidade do meio ambiente garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;
- II - aumentar o nível dos cuidados para com os animais, diminuindo as taxas de abandono, natalidade, morbidade, mortalidade e de renovação das populações de animais;
- III - prevenir, reduzir e eliminar a morbidade, a mortalidade e o sofrimento humano decorrente de zoonoses e dos agravos causados pelos animais, assim como os prejuízos sociais ocasionados pela ação direta ou indireta das populações de animais;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



IV - prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento físico e mental dos animais de forma a assegurar e promover o bem-estar animal, conforme dispõe a legislação federal, estadual e municipal sobre a matéria;

V - assegurar e promover a participação, o acesso à informação e a conscientização da população nas ações de saúde, no âmbito da vigilância sanitária.

**Art. 3º** As ações de vigilância sanitária deverão atuar de forma preventiva ou repressiva nos seguintes campos:

I - controle de zoonoses;

II - gestão e controle das populações de animais;

III - criação, manutenção e utilização de animais;

IV - degradação do meio ambiente causada por problemas zoossanitários.

**Art. 4º** Constituem ações básicas de gestão e controle de populações animais:

I - a prevenção de zoonoses e agravos provocados por animais;

II - o registro e a identificação de animais domésticos;

III - o controle da reprodução das populações de cães e gatos baseado em métodos de esterilização permanente, minimamente invasivos;

IV - o recolhimento seletivo, a apreensão e a destinação de animais domésticos nas situações previstas nesta Lei;

V - o controle da criação e comercialização de animais domésticos;

VI - o controle das populações de animais sinantrópicos nocivos por meio de ações de manejo integrado;

VII - a realização de programas educativos relacionados às populações de animais domésticos e de animais sinantrópicos nocivos;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



VIII - a prevenção de doenças espécies-específicas, contribuindo para a diminuição da mortalidade e da renovação animal e auxiliando no envelhecimento e na estabilização das populações de cães e gatos.

**Art. 5º** As ações de vigilância sanitária serão desenvolvidas pelas Regionais de Saúde através de Centros de Controle de Zoonoses compreendendo as seguintes funções:

I - a promoção e implementação de ações de vigilância ambiental, sanitária e epidemiológica relacionadas às zoonoses;

II - a execução de programa permanente de controle da reprodução de cães e gatos, podendo, para tanto, contar com parceria de universidades, estabelecimentos veterinários, organizações não-governamentais, empresas públicas e/ou privadas e entidades de classe;

III - a promoção de programa permanente de educação, informação e comunicação a respeito da propriedade, posse e guarda responsável de animais domésticos, prevenção e controle de zoonoses e agravos provocados por animais e prevenção de infestação e controle de animais sinantrópicos nocivos, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção animal ou proteção animal independente, das organizações não-governamentais (ONGs), das organizações civis de sociedade de interesse público (OSCIPs), universidades, empresas públicas e/ou privadas e entidades de classe.

§ 1º Quando houver estabelecimento de parcerias, devem ser oficializados os objetivos, as obrigações e os deveres de cada parceiro.

§ 2º As diretrizes para atendimento das ações de vigilância sanitária serão fixadas por meio de Normas Técnicas.

**Art. 6º** Está Lei entre em vigor da data de sua publicação



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 06 de maio de 2015.

Dep. Fernando Scanavacca  
Presidente

Dep. Alexandre Curi  
Relator

*[Assinatura]*  
Paulo

*[Assinatura]* PR. *[Assinatura]* Carlos Zedem

*[Assinatura]* guilherme

*[Assinatura]* Pericles  
*[Assinatura]* Trago  
Amarel

*[Assinatura]* claudio

APROVADO  
06/05/15 *[Assinatura]*



*ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*Centro Legislativa Presidente Aníbal Kury*

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 267/2015**

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Wilmar Reichembach, institui os Centros de Zoonoses nos Municípios sede de Regionais de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo ter o controle populacional de cães e gatos nas cidades, a proteção de animais domésticos que sofrem maus tratos, bem como o controle da disseminação de pragas e outras doenças que envolvem essas populações e também atingem humanos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 2015.

**DR. BATISTA**  
**Presidente**  
**Relator**  
*vel. Sr. Luersen*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Finanças*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 267/2015**

**Projeto de Lei nº 267/2015**

**Autor: Deputado Wilmar Reichembach**

*Súmula: Dispõe sobre ações de vigilância no controle de zoonoses, no âmbito do Estado do Paraná.*

**EMENTA: CENTROS DE ZOONOSES REGIONAIS. ART. 24, XII E ART. 165 DA CFR/88. ART. 13 E ART. 170 DA CE. APROVAÇÃO NESTA COMISSÃO DE FINANÇAS. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Wilmar Reichembach visa dispor sobre ações de vigilância no controle de zoonoses, no âmbito do Estado do Paraná e anteriormente à submissão à presente Comissão de Finanças, teve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Saúde Pública.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Finanças*



Competente o parlamentar para legislar sobre a matéria objeto do presente projeto, temos que a impactação decorrente do mesmo, devido à apresentação de uma emenda substitutiva geral, ficou condicionada à ação do Poder Executivo, razão pela qual, não há como se aferir os imediatos efeitos da proposição.

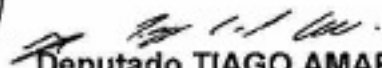
Assim, tendo em vista o quanto ventilado acima, não se pode colocar óbice ao projeto, na forma da emenda apresentada, razão pela qual somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, a Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma do substitutivo geral da CCJ, em virtude de sua consonância com os dispositivos legais aplicáveis.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2015.

  
Deputado TIAGO AMARAL

Relator

  
Deputado GILSON DE SOUZA

Presidente



**PROJETO DE LEI No. 400/2015**

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 MAIO 2015

1º Secretário

Concessão de Título de Utilidade Pública à APAE de FLOR DA SERRA DO SUL, com sede no município de Flor de Serra do Sul e foro no município de Marmeleiro.

Art. 1º. – Concede Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Flor da Serra do Sul, com sede no Município de Flor da Serra do Sul e foro no Município de Marmeleiro.

Art. 2º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 25 de maio de 2015.

[Signature]

**PAULO LITRO**  
Deputado Estadual



## **Justificativa**

A APAE de Flor da Serra do Sul (Escola Flor da Vida), a exemplo de suas congêneres, realiza um trabalho de suma importância com os alunos matriculados na instituição.

Com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionados à melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária, a APAE vem desenvolvendo suas atividades nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa, entre outros.

Pela documentação acostada ao presente comprova-se seu caráter assistencial e social, razão pela qual solicitamos a concessão do Título de Utilidade Pública à Instituição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 400/2015**

**Projeto de Lei nº. 400/2015**  
**Autor: Deputado Estadual Paulo Litro**

**Súmula:** Concessão de Título de utilidade Pública à **APAE de Flor da Serra do Sul**, com sede e foro no Município de Marneleiro.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 17.826/2013 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Paulo Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual à **APAE de Flor da Serra do Sul**, com sede e foro no Município de Marneleiro.



## **FUNDAMENTAÇÃO**

# ***Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

## ***Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury***

### ***Comissão de Constituição e Justiça***



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

#### **Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

#### **IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

#### **g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

**Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:**

- I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;**
- II - ter personalidade jurídica, há mais de um ano;**
- III - finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma permanente, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.**

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Cumpra ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra, óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 02 de junho de 2015.

DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEP. FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR